



Projeto Conexão Local 2007

COMUNIDADES RIBEIRINHAS E O PROJETO SAÚDE E ALEGRIA NO ESTADO DO PARÁ

Alunos

Alexandre Domingues Rolo
Letícia Shiguemi Oi Hoshino

Tutor

Henrique Guilherme Carlos Heidtmann
Neto

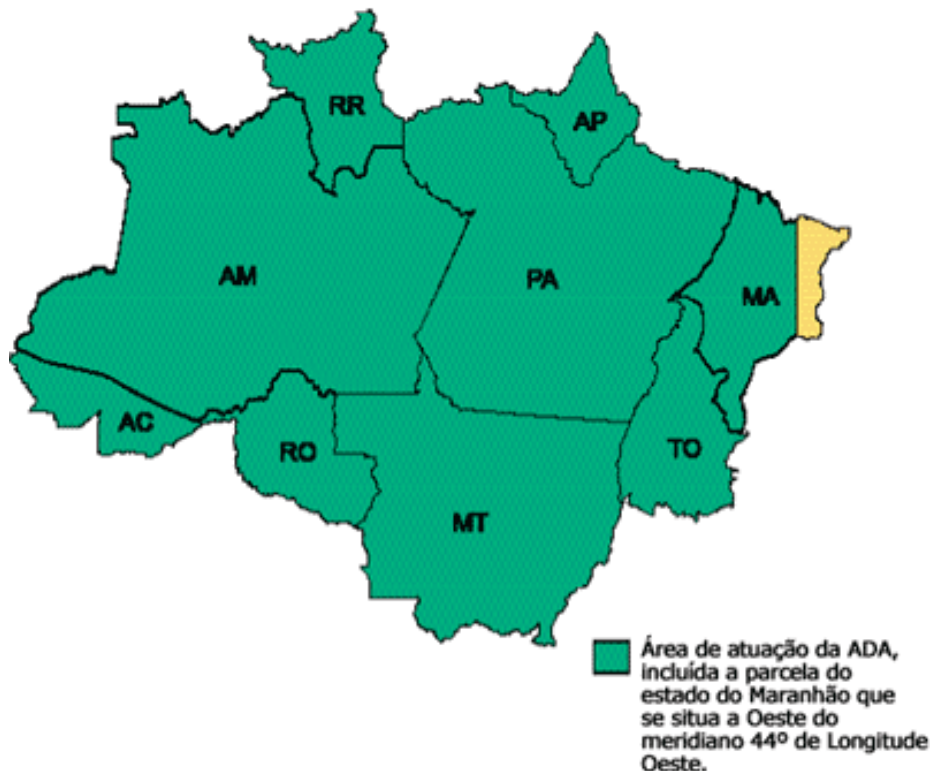
Sumário

O contexto e o terreno geográfico da pesquisa	3
Modo de vida das comunidades ribeirinhas do Tapajós.....	6
As carências vistas pelo lado de cá	7
ONGs na Amazônia: o PSA como projeto em estudo	13
Nossas conclusões dos encontros na terra e no rio.....	16
Por fim.....	18
Referência Bibliográfica	20

O contexto e o terreno geográfico da pesquisa

Parece-nos necessário inicialmente situar o leitor dentro do contexto em que se insere a experiência vivenciada e tentar mostrar o terreno geográfico de nossa pesquisa, para que se possa ter uma noção das dimensões territoriais, culturais, políticas, econômicas e sociais por trás de uma realidade desconhecida para muitas pessoas no Brasil e no mundo. Para isso, faremos aqui uma breve descrição sobre a Amazônia, do estado do Pará e das reservas e florestas existentes nos municípios de Santarém, Aveiro e Belterra.

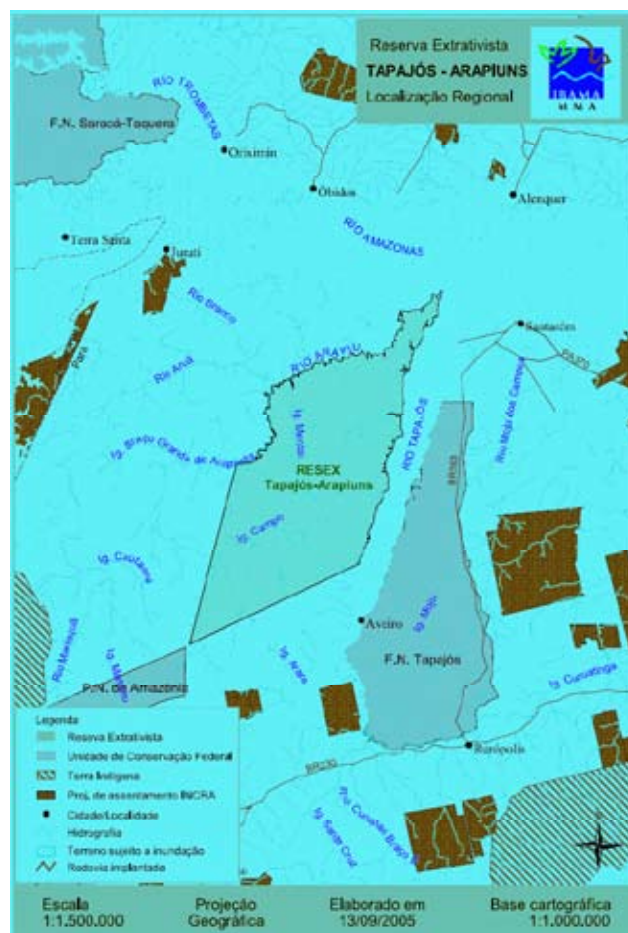
Algumas são as concepções sobre a Amazônia que existem na literatura e no imaginário das pessoas. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, possuidora da mais rica biodiversidade que abriga 25% das espécies animais e vegetais do planeta, além da riqueza cultural dos povos indígenas e das populações tradicionais. Essa região possui diversas delimitações para diferentes finalidades. No primeiro caso, na literatura, tais divisões territoriais se sobrepõem. A Panamazônia ou Amazônia Continental, do ponto de vista da geografia física e do ecossistema, possui 7.702.264 km² e dessa extensão 85% se encontra em terras brasileiras (INPE, 2002). Dos países que a compõem, no Brasil a região amazônica corresponde a 61% do território nacional, na Bolívia 51,63%, no Peru 58,79%, no Equador 28,35%, na Colômbia 33,36%, na Venezuela 42% e na República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa essa representatividade chega a 100% do território nacional. Entretanto, para este relatório optou-se pela delimitação da Amazônia Legal, conforme mostra a delimitação geográfica no mapa abaixo.



Fonte: ADA (2007)

Por meio da Lei 1.806 de 06.01.1953, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Compõe a Amazônia Legal os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, parte do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, e Tocantins, totalizando 805 municípios, o que representa 14,48% dos 5.561 existentes atualmente no Brasil. O estado do Pará é o segundo maior concentrando 17,76% dos municípios da Amazônia Legal e 2,57% no Brasil. (HEIDTMANN NETO, 2006)

O Estado do Pará está integralmente compreendido pela Amazônia Legal possuindo uma área de 1.247.689,515 km², população de 6.970.586 habitantes e densidade demográfica de 5,6 hab./km², dados de 2005 do IBGE Segundo dados de 2007 do IBGE, o município de Santarém é o mais populoso, com 274.285 habitantes, seguido a distância por Aveiro com 18.484 e Belterra com 13.096 habitantes. O Estado conta com diversas unidades de conservação, dentre as quais 14 florestas nacionais e 15 reservas extrativistas administradas pelo IBAMA. A área de estudos deste relatório abrange três municípios: Aveiro, Belterra e Santarém, os quais compreendem a Resex¹ e a Flona², conforme mostra o mapa abaixo.



Fonte: IBAMA

¹ Resex – Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns

² Flona – Floresta Nacional do Tapajós

Entre a Flona e a Resex existe a estrada dos povos ribeirinhos que lá habitam denominado Rio Tapajós. Afluente da margem direita do rio Amazonas, o Tapajós possui 1.992 km de extensão e nasce nas divisas dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso. Sua largura é bastante acentuada e em alguns trechos chega a 20 km.

“O rio Tapajós é o principal meio de transporte e comunicação e, sobretudo, é a via de maior importância para o desenvolvimento econômico da região, através do escoamento de produtos nela gerados, pela utilização de pequenas, médias e até grandes embarcações.” (IBAMA, 2006)

Às suas margens residem milhares de famílias, as estimativas oficiais e não-oficiais são controversas quanto ao número exato. Durante a estadia na região, a equipe percorreu boa parte dessas comunidades e teve a oportunidade de conhecer a população residente, tanto na Floresta Nacional do Tapajós como na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

“A Flona Tapajós foi criada pelo Decreto no. 73.684, de 19 de fevereiro de 1974, no oeste do estado do Pará, em uma região conhecida como médio Amazonas. A Floresta Nacional do Tapajós, sob jurisdição do IBAMA, é limitada a Oeste pelo Rio Tapajós e a Leste pela Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), possui uma área de aproximadamente 545 mil hectares e se localiza nos municípios de Belterra, Aveiro, Placas e Rurópolis. Possui 28 comunidades, totalizando aproximadamente 1.100 famílias. A área é atualmente classificada como uma unidade de conservação da categoria de uso sustentável, e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para a exploração de florestas nativas.” (IBAMA, 2006)

A criação da Floresta Nacional do Tapajós ocorreu durante um período denominado de “década de progresso para os parques nacionais da América do Sul” (IORIS, 2000), caracterizado pelo elevado número de criação de unidades de conservação inspirados nos parques nacionais norte-americanos. Nessa mesma época, década de 1970-1980, que políticas de desenvolvimento e integração do território provenientes do regime militar foram postas em prática.

Inicialmente, a legislação da FLONA proibia a presença de população residente dentro de seus limites territoriais, o que acabou por gerar diversos conflitos entre o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal), mais tarde substituído pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

Este problema só foi contornado com o Decreto nº 1298 de 27 de outubro de 1994, quando foi permitida a permanência de populações tradicionais³ no local. A Floresta Nacional do Tapajós, assim como todas as FLONAs, é gerida por “um Conselho Consultivo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes dos órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e, quando for o caso, das populações tradicionais residentes”. Em frente à FLONA do Tapajós, do outro lado do rio, encontra-se a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a qual destacaremos no tópico seguinte.

À margem esquerda do Rio Tapajós, em decreto de 6 de novembro de 1998, foi criada nos municípios de Santarém e Aveiro a Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.

“É uma área utilizada por populações extrativistas populacionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”. (IBAMA, 2006).

³ Populações tradicionais: expressão utilizada em documentos governamentais para se referir aos diferentes “tipos regionais” e está fortemente vinculado a um critério ambiental.

De acordo com Carlos Dombrowski, responsável pelo trabalho com organização comunitária da ONG Projeto Saúde e Alegria nas comunidades ribeirinhas, a Resex foi uma conquista das comunidades e, por este motivo, suas ações e decisões são provenientes da voz dos ribeirinhos, algo que não ocorreu com a FLONA, que foi imposta pelo Estado. Conforme o Art 2º do decreto de criação, “A Reserva Extrativista Tapajós - Arapiuns tem por objeto garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista da área” e, pelo Art 3º, “ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, [...] as terras e benfeitorias particulares inseridas nos limites da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns”. Dessa forma, foi firmado contrato de direito real de uso com a população tradicional e o órgão responsável por assegurar a efetiva destinação foi o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT) criado em 1992 por portaria do IBAMA.

Modo de vida das comunidades ribeirinhas do Tapajós

Segundo Scherer (2002), podemos classificar os habitantes da região amazônica em dois tipos básicos: o caboclo de terra firme e os ribeirinhos. Os Povos das Águas, como são chamados, em complementação aos Povos da Floresta, diferenciam-se destes por encontrarem na proximidade de rios, igarapés, igapós e lagos mais do que um local para morar, mas um estilo de viver próprio.

“As preocupações na vida cotidiana dos ribeirinhos são determinadas pelas cheias/vazantes dos rios, pelo sol e pela chuva, pelos dias e pelas noites. O tempo é definido pela natureza e pela cultura, pelos mitos e tradições.” (SCHERER, 2002)

Os ribeirinhos têm um modo de vida muito associado ao ciclo da natureza. As principais atividades econômicas desenvolvidas por eles, a saber, a agricultura e a pesca, além da extração do látex, são incondicionalmente reguladas pela sazonalidade. Na época da enchente dos rios, os roçados e a agricultura de subsistência, bem como a pesca e a caça ficam sempre de alguma forma comprometidas e, assim, o trabalho dá espaço a uma vivência mais relaxada. Podemos dizer inclusive que, por conta disso, existe no seu modo de vida uma certa falta de adaptabilidade natural às mudanças.

A economia é voltada para a subsistência, não há entendimento de que a produção de excedentes seja benéfica. Pode-se ver em algumas comunidades uma maior coesão e organização visando um objetivo comum como, por exemplo, projetos para instalação de rede elétrica ou rede de esgoto. Entretanto, em geral são orientações individuais e instintivas que movem os ribeirinhos na manutenção de seus valores: a preservação da família, a defesa do território, etc. O lucro não é entendido como fator preponderante e a ambição, quando existe, é um componente secundário do pensamento ribeirinho.

A cultura local, na forma dos costumes e das lendas próprias da região são transmitidos de geração para geração, o que acaba por criar um forte vínculo dos indivíduos com a preservação do ambiente em que vivem e, naturalmente garantem “um vasto conhecimento das várzeas, dos rios e da floresta, coletando alimentos, fibras, tinturas, resinas, ervas medicinais, bem como materiais de construção” (AB’ SABER apud SCHERER, 2002)

Um problema especial a se destacar é o da educação. Como todos os membros da família estão envolvidos desde cedo nas atividades agrícolas e de pesca, as crianças, de ambos os sexos deixam de frequentar a escola para ajudar os pais na lida. Essa cultura comunitária pode se desdobrar e tomar uma maior dimensão quando indivíduos da comunidade se casam e formam novos núcleos comunitários, o que acaba por levar os filhos a não entender o ensino como imprescindível para suas vidas. Outra questão crucial são as péssimas condições de ensino: as escolas estão abandonadas, não há professores suficientes, faltam merenda e materiais escolares. Embora o número de escolas rurais venha aumentando, a infra-estrutura destas permanece bastante precária.

Em geral, não havendo estradas nas regiões de várzea em boas condições, os rios funcionam como reais vias de acesso entre as próprias comunidades e às regiões de maior concentração urbana. Dessa forma, esquecidos pelo poder público, isolados geograficamente e com dificuldades de comunicação efetiva com “o resto do mundo”, entregam suas vidas à compreensão daquilo que os rodeia e une: o rio e a floresta, o sol e a lua. Também assim, na ausência de energia, os caboclos vêem na lua a fonte natural de luz que clareia a escuridão da mata fechada e enriquece as lendas populares

Embora margeados por uma imensidão de água limpa, a água do rio não é potável, pois carrega uma série de detritos orgânicos e fezes de animais. Assim, torna-se necessário a construção de sistemas de abastecimento de água tratada para poder suprir a carência dos ribeirinhos.

Assim como a questão da água, a própria cultura, as condições de saneamento básico existentes e o conhecimento limitado das comunidades de medidas profiláticas contribuem para que a saúde dos ribeirinhos seja precária. A dificuldade e a demora no atendimento de pequenas emergências ocorrem devido ao difícil acesso às regiões da várzea, que se dá pelo deslocamento da ambulância, um barco motorizado encarregado de transportar os pacientes em casos de maior complexidade, ou seja, que necessitem de intervenção cirúrgica ou mesmo de radiografias mais simples, pois equipamentos como máquinas de raio-X inexistem nas comunidades. Uma ferroadinha de arraia no rio ou uma picada de cobra que se não tratadas imediatamente e de maneira adequada, desencadeiam um processo que pode chegar à amputação do membro são exemplos que mostram a necessidade por uma maior frequência das visitas de médicos e profissionais de saúde. Melhores perspectivas para a saúde dos ribeirinhos viriam somente se houvesse um atendimento constante por parte de quem que seja ou uma auto-conscientização que induza a comunidade a adotar medidas preventivas e que possibilitem uma rápida intervenção da própria comunidade em caso de emergência.

As carências vistas pelo lado de cá

O período que convivemos com os ribeirinhos do rio Tapajós foi extremamente rico e importante para observarmos a ausência e a forma de atuação “top down” do Estado no cotidiano local. Analisamos que o fato de a Amazônia ser uma região tão distinta em comparação com todo território nacional e dentro de seus próprios limites, seja na fauna, flora, relevo, clima, etnias, culturas e povos, torna muito mais perceptível a lacuna deixada por essas políticas públicas que não se encaixam aos moldes de sua realidade.

“As políticas sociais criadas para responder às demandas dos ribeirinhos são, a nosso ver, excludentes e discriminatórias e as exigências burocráticas são inúmeras e completamente dissociadas de suas vidas, paisagens e espacialidades. Mas não se pode desconhecer que elas dão visibilidade e reconhecimento cívico de existência aos ribeirinhos ao inseri-los nos marcos da institucionalidade estatal”. (SCHERER, 2002)

A fim de incluir essa e outras maiorias desprovidas de participação na tomada de decisão, Spink (2001), citando Friedmann (1992) fala a respeito de oito bases para o processo de inclusão, quais sejam:

“começando pela base territorial do lar e da vizinhança segura – o que ele chamou de um ambiente amigável, que apóia a vida cotidiana. Suas outras vertentes de análise foram: tempo disponível adicional ao necessário para a subsistência; acesso a conhecimentos e habilidades; informação relevante, clara, honesta e de confiança sobre métodos, práticas e oportunidades para inclusão; organização social; redes sociais; instrumentos de trabalho e de vida diária e recursos financeiros diretos ou em forma de crédito” (SPINK, 2001)

O acesso a essas oito bases interdependentes teria como implicações a consolidação do capital social levando ao aumento cada vez maior do poder social, isto é, da participação ativa da sociedade civil em assegurar a satisfação de suas necessidades e a organização da sociedade em torno de seus interesses (Robert Putman apud Dowbor, 2006). Uma das formas de incluir é permitindo o acesso da população mais carente às políticas públicas o que parece ser de extrema dificuldade em nosso terreno geográfico de estudo.

Educação

A educação é a força por trás do desenvolvimento, potencializadora das possibilidades no longo prazo, pois ela fornece as bases do conhecimento à medida que estimula a compreensão e análise da realidade e das informações (DOWBOR, 2006). Por essa razão, constitui-se num meio fundamental que viabiliza o desenvolvimento do indivíduo bem como do meio em que ele se insere, uma vez que é a unidade básica componente de sua comunidade (FREIRE, 1996).

Nas comunidades visitadas, percebemos não existir educação infantil⁴ como prevê os artigos 29 e 30 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, pois há uma ausência de apoio, creches ou equivalentes, por parte do serviço público. A educação parece se apresentar por meio das escolas, do elevado número de crianças e jovens em idade escolar e do razoável número de famílias que se recebem o dinheiro proveniente do Programa Bolsa Família, que possui como uma das condicionalidades fazer com que as crianças permaneçam nas escolas⁵. Em grande parte dessas comunidades o ensino segue somente até o fundamental⁶. As salas são multisseriadas abarcam até a quarta série, pois não é possível formar uma única turma de cada série, sendo que a maioria do corpo docente que ministra aula para o ensino básico e o da própria comunidade. O Ensino médio é realizado de forma modular e periódica sendo os professores provenientes da sede do município alojando-se em casas construídas pela prefeitura para este fim.

Observamos em nossas conversas com os ribeirinhos que um dos maiores problemas diz respeito à continuidade das ações que lhes são propostas. Como dito anteriormente o sistema do ensino médio é modular, ou seja, é lecionada intensivamente uma única disciplina por vez com todo o conteúdo relativo aos três anos. De acordo com o líder do grupo de jovens da comunidade de Suruacá, o problema do ensino modular é a vinda dos professores, pois são poucos os que têm disponibilidade para ficar alguns meses nas comunidades ribeirinhas. Segundo a coordenadora do Conselho Comunitário e funcionária de uma escola, para se ter uma idéia, em 2007 a última aula do ensino médio havia sido em fevereiro e o outro módulo ainda não havia começado, o que parece ser um vetor de desestímulo aos jovens nos estudos.

Além da falta de assiduidade dos professores do ensino médio, outra queixa dos comunitários reside sobre o conteúdo do material didático. Nos livros utilizados em sala o conteúdo remete a uma realidade desconhecida para muitos alunos. Durante nossa visita à comunidade de Capixauã um respeitado professor da comunidade, lembrou de um caso ocorrido em uma de suas aulas em que teve de explicar a um aluno o que era uma uva. Ora, esse fato não teria acontecido se fosse um bacuri, cupuaçu ou açaí, isto é, o conteúdo descontextualizado (ARAÚJO, 2007) da realidade do povo ribeirinho pode dificultar tanto o aprendizado quanto o ensino e, além disso, contribuir para perda paulatina da sua identidade cultural, uma das grandes preocupações de Maria Manoela Francisca de Souza, moradora da comunidade de Suruacá, que crê no papel da educação como meio para a garantia das tradições e da existência da própria comunidade.

³ Segundo a LDB em seus artigos 29 e 30 “educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação infantil será oferecida em: creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.”

⁴ Para saber mais sobre o programa ver www.mds.gov.br

⁶ Segundo o Art. 32 da LDB “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.” (Redação dada pela Lei nº 11.274, de 2006).

No que tange ao transporte escolar, as prefeituras de Aveiro e Santarém disponibilizam alguns barcos para deslocamento dos professores do ensino médio. Apesar do apoio do governo municipal um morador da comunidade de Vista Alegre do Capixauã, diz que “é muito dificultoso” e por isso muitos jovens acabam optando por ficar em suas comunidades trabalhando no roçado. Em alguns casos, quando chega a época da vazante e o rio seca, os barcos param muito longe das comunidades adicionando uma caminhada de alguns quilômetros para os alunos.

As instituições de ensino superior da região estão localizadas em Santarém e, portanto, para a continuidade dos estudos a opção mais próxima seria ir para Santarém. Contudo, as famílias não possuem condições financeiras para sustentar seus filhos na cidade, nem para pagar uma faculdade; por esse motivo, a maioria permanece na comunidade participando dos trabalhos comunitários e alguns poucos vão para Santarém ou para Manaus, com os objetivos de trabalhar e continuar os estudos, pois como já dito anteriormente as comunidades não dispõem de todas as séries que o sistema tradicional de ensino exige.

Comunicação

O conhecimento cumulativo é uma das maiores fontes de riqueza da sociedade e para isso o acesso à informação precisa ser contínuo, caso contrário conhecimentos prévios e habilidades se tornam inúteis ou ficam subutilizados. Assim sendo, a comunicação se traduz num processo de socialização de informação essencial para troca de conhecimento e experiências.

Dentro das comunidades ribeirinhas do Tapajós, os meios mais comuns de se ter acesso à informação relevante para tomada de decisões que fomentam iniciativas e inovações são o boca a boca, a rádio, o jornal, a tv e a internet, em raros casos. No âmbito local, as conversas formais, tais como palestras informativas, oficinas de capacitação, reuniões e assembléias da comunidade, e as conversas informais do dia-a-dia como o boca a boca são o meio mais comum para difundir as informações. Tais conversas são fundamentais para estabelecer uma relação de confiança com o outro de modo a permitir a formação de um senso de coletividade que implica na organização social para mobilização. Da mesma forma funcionam a rádio e o jornal que fornecem, além de notícias da região, informações de utilidade prática e informes culturais sobre hábitos e costumes tradicionais. Em entrevista com o primeiro presidente da associação de Suruacá, apelidada de Sereia pelos moradores locais, a idéia de criar uma associação surgiu quando o mesmo ouviu pelo seu rádio, movido a pilha, informações de como criar uma associação e suas vantagens para a comunidade.

Embora as comunidades visitadas tenham a energia elétrica limitada pelo número de litros de diesel disponíveis para o gerador, muitas famílias possuem tvs em suas casas. De acordo com o presidente da comunidade de Boim, em cada casa onde há uma tv, existem pelo menos uma ou duas pessoas aposentadas ou professor na família. Pelo que observamos é válido inferir, porém com muita cautela, que parece haver aqui uma relação entre as pessoas que possuem uma renda fixa com aquelas que possuem televisores em casa. Entretanto, as comunidades que possuem energia elétrica são alimentadas por geradores movidos por combustível sendo o abastecimento de energia irregular na maioria das comunidades, ou seja, em alguns lugares o “gerador só funciona” pela parte da noite até as 22h e em outras aos fins de semana ou em festas comemorativas da padroeira do local. Nesse cenário observamos que o fornecimento de energia depende basicamente da renda que cada comunidade possuiu para alimentar seus geradores comprando combustível na sede do município, ou seja, existe energia se houver recursos dentro da comunidade para a compra do combustível.

A maioria das comunidades possui energia elétrica por algumas horas semanais, mas com o Projeto Luz para todos do governo federal, que já está sendo colocado em prática em algumas comunidades, esse número poderá aumentar, pelo menos essa foi a expectativa que identificamos em nossas entrevistas com os moradores locais.

“Vai ser uma glória quando a luz chegar. Agente não vai mais precisar beber água fria e agente vai poder ver a novela e os homens o futebol sem precisar fazer coleta sempre que passar um jogo. Pelo que agente houve falar a luz vai chegar pelo governo pelo luz para todos. Tomara que não seja mais uma promessa” (Moradora de 64 anos da comunidade de Suruacá)

Por outro lado, em alguns casos, isso está gerando certo receio para os comunitários com relação ao conteúdo veiculado pela tv e como isso irá impactar na comunidade e na cultura local, pois a partir do momento em que uma criança prefere deixar de nadar no rio para assistir tv isso é um indício de que está se perdendo a referência local.

No que tange à comunicação entre as comunidades, algumas possuem telefones públicos e rádio-amadores. Todavia, o número de telefones públicos nas comunidades ribeirinhas visitadas é muito reduzido, visto somente em Suruacá e Boim sendo ainda um meio muito restrito para a maioria dos habitantes da margem do Tapajós. Os rádio-amadores, por sua vez, estão presentes em algumas comunidades oriundas de concessão do projeto Pro-Manejo do IBAMA no caso das comunidades da Flona ou de doação da ONG Projeto Saúde e Alegria (PSA). Sua finalidade fica restrita para casos de emergência que possam ocorrer na comunidade e requeiram ação imediata, por exemplo, picadas de cobra e ferroadas de arraia ou para monitoramento e vigilância da área pelo IBAMA no caso das comunidades da Flona. Assim como o uso de telefones públicos, o uso do rádio-amador é também restrito tanto pelo número reduzido de aparelhos e pelo seu uso limitado de caráter emergencial, quanto pelo fato de que os ribeirinhos encontram muitas dificuldades na manutenção do aparelho. Antônio Pereira, cacique da comunidade de Escrivão que fica localizada no município de Aveiro, relata que o rádio com o qual o IBAMA recebe os chamados da Flona era mantido na Secretaria de Agricultura de Aveiro que, entretanto, funcionava somente pela parte da manhã e caso ocorresse algum problema com o aparelho, os ribeirinhos pagam pela compra de peças e de nova bateria, ou seja, novamente, os custos são arcados pelas comunidades.

Transporte e o rio

As distâncias parecem ser um dos diferenciais da região amazônica que diminui a velocidade de locomoção de um lugar para o outro. Como já dito anteriormente possui grande extensão territorial para uma das mais baixas densidades demográficas do país e sua hidrografia permite a larga utilização de embarcações pela navegabilidade de seus rios. Assim sendo, o principal meio de acesso e de transporte de bens, pessoas e informações na localidade estudada são os rios, mais especificamente o rio Tapajós.

A importância do rio reflete na noção de tempo e ritmo de vida das comunidades ribeirinhas determinada pelas cheias e vazantes do rio que determinam as melhores épocas para a pesca e a navegação até certos trechos. Ele funciona como um canal de ligação entre as comunidades e entre as comunidades e outras localidades trazendo e levando notícias, informação e conhecimento. Entretanto, nas comunidades o que se viu foi o transporte escolar por barco para alunos provido pela prefeitura para os que estudam em outras comunidades, no entanto, em algumas épocas do ano precisam adicionar alguns quilômetros a mais de caminhada, pois o percurso de barco fica reduzido com a seca do rio.

Há também barcos de linha que funcionam da mesma forma que um ônibus, são de propriedade privada e fazem o itinerário de ida e volta até as cidades mais próximas (Santarém, Aveiro, Belterra e Itaituba), o que pode levar horas de viagem e adiciona-se o fato de que as passagens são relativamente caras para os ribeirinhos. Portanto, a ida para a cidade só ocorre quando é realmente necessário, por exemplo, quando há necessidade de ir ao médico ou de retirar o dinheiro do Bolsa-Família, entre outros, tendo em vista que parte do dinheiro retirado vai para o pagamento da passagem.

Ademais, alguns ribeirinhos possuem barcos rústicos de fabricação própria, as chamadas bajaranas nas quais é acoplado a rabeta (motor a gasolina) que têm utilização própria para pesca e transporte e também podem ser emprestados para outros comunitários. O rio Tapajós além de estar arraigado na cultura local como fonte de sustento, alimentação e lazer; como meio de acesso, permite não só o afluxo de bens, pessoas e informações, como também o acesso à saúde.

Saúde: situação vista em campo

Segundo as definições de FRIEDMANN (1992) para o conceito de necessidade, a saúde para um indivíduo pode ser configurada como uma necessidade dentro de relação funcional. Ou seja, a saúde pode ser encarada como um meio necessário para se obter algum fim como o desenvolvimento, disposição e vigor físico essenciais para atividades domésticas e comunitárias. Caso essa necessidade não seja satisfeita, o desempenho individual fica comprometido, já que não se goza plenamente de suas capacidades e a qualidade de vida se deteriora, o que compromete seu auto-desenvolvimento e, por conseqüência, o desenvolvimento local.

A prestação dos serviços de saneamento básico para a população é essencial para a criação de um ambiente favorável à promoção da saúde do indivíduo. Dos serviços de saneamento básico nas comunidades ribeirinhas, o abastecimento de água potável e o esgoto sanitário estiveram mais presentes. Conforme a Lei no. 11.445, de 5 de janeiro de 2007 que define as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico, o abastecimento de água potável aparece como um dos serviços compreendidos pela política. Contudo, durante o trabalho de campo, pôde-se perceber que o fornecimento de água própria para consumo ainda é um problema para os povos das águas. Na medida em que algumas comunidades ribeirinhas visitadas possuem água encanada através de um sistema de bombeamento da água do rio ou de poços; outras, ainda retiram a água diretamente do rio para consumo imediato.

Em Suruacá, financiados por capital norte-americano juntos da parceria com o PSA, o sistema de água é um dos mais modernos da região e consiste numa bomba movida por energia solar que bombeia a água de um poço de 60 metros fornecendo água potável para todas as casas. Também parte do trabalho conjunto entre a Tapajoara, Associação Yané Caeté⁷ e por capital alemão, a comunidade de Pinhel no município de Aveiro conseguiu um micro sistema de abastecimento de água. Já nas outras comunidades, o sistema funciona de forma mais simples, pois a água é bombeada do rio através de um gerador, armazenada em caixas d'água, ambos fornecidos pela prefeitura e depois distribuída pela comunidade. Adiciona-se a isso o custo com o óleo diesel necessário para o funcionamento do gerador que, por exemplo, em Cameté, custa 4 reais mensais para cada casa beneficiada.

Do outro lado, ou seja, a maioria das comunidades visitadas, o fornecimento de água potável ocorre ainda de maneira muito rudimentar e, por vezes, precária. Em São Francisco de Assis (Godinho) na FLONA, assim como em muitas outras comunidades, a água é retirada de poços artesianos para consumo e, em outros casos, retirada diretamente do rio e colocada em filtros de barro com adição de hipoclorito, fornecidos pelas prefeituras ou pelo PSA, ou algumas gotas de limão que funcionam como bactericida. Trata-se de uma medida simples que consegue evitar a contaminação pela água se colocada em prática. De forma mais precária, na comunidade de Itapuama, também situada na FLONA, as famílias consumiam a água diretamente do rio, pois presenciamos que o odor da água não era dos melhores impossibilitando as pessoas de beber ou tomar banho com ela.

Com relação ao esgoto sanitário, não há rede de esgoto nas comunidades, ao invés disso, a maioria das famílias faz uso da pedra sanitária, piso de cimento para impermeabilizar fossas sanitárias. As condições de saneamento básico relacionam-se diretamente com a saúde, pois a falta de água potável ou o uso inadequado das fossas sanitárias nas casas das famílias ribeirinhas pode desencadear uma série de complicações de saúde que comprometem não só o desenvolvimento das crianças em fase de crescimento deixando-as mais suscetíveis a contraírem doenças como também aos adultos. Logo, acabam por desestruturar a dinâmica das famílias e, conseqüentemente, da comunidade.

⁷ Associação Yané Caeté: associação inter-comunitária composta pelas comunidades de Escrivão, Camarão e Pinhel do rio Tapajós do município de Aveiro que se consideram indígenas.

De outra perspectiva, os impactos de más condições de saneamento básico nas comunidades ribeirinhas, aliados à falta de água potável, podem refletir em um aumento dos gastos do governo com saúde, uma vez que com a proliferação de doenças e contaminações os problemas se ampliam e começam a adquirir uma complexidade maior. Para tanto, as políticas públicas mais presentes na região visitada que possuem esse caráter preventivo correspondem ao Programa Saúde da Família (PSF) e/ou ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) que foi incorporado ao PSF onde a atenção básica é ampliada.

O ACS é um dos mais importantes atores reconhecidos pelas comunidades, como podemos observarmos na figura adiante, que faz parte dos programas supracitados. Este ACS desempenha um papel essencial para o bom andamento de uma parte importante das políticas de saúde que é a atenção básica. Por se tratar de alguém que vem da própria comunidade, ele representa o elo entre o científico, atrelado aos procedimentos em situações emergenciais (processos mais simples) como fraturas, picadas de cobra e de insetos e ferroadas de arraia e aos conhecimentos sobre as doenças e casos mais frequentes na comunidade, e o saber local traduzido não só nos remédios caseiros extraídos da natureza cujos conhecimentos são passados de geração a geração, mas também na cultura local como um todo.

Parte integrante da comunidade, o agente comunitário de saúde consegue se fazer ouvir e se fazer entender de maneira mais efetiva do que qualquer outra pessoa de fora conseguiria. Como a dinâmica de trabalho compreende visitas às casas das famílias, o estabelecimento de uma relação de confiança é favorecido pelo fato do ACSs ser da comunidade, o que faz com que sua atuação para o controle social na conscientização e na prevenção de doenças, para a identificação e acompanhamento de diabéticos, hipertensos e gestantes e para procedimentos de caráter emergencial pudessem ser observados de forma significativa no trabalho de campo com os ribeirinhos do Tapajós.

Esse caráter territorializado que possui o ACS vai bem além da garantia da saúde básica dos comunitários. Mais do que isso, “A territorialidade chama a nossa atenção para o ambiente físico: a base de recursos da economia, o valor estético de paisagens tradicionais, e a qualidade de vida no ambiente construído onde têm lugar todas as nossas ações e que afetam a nossa vida, direta e indiretamente” (Friedmann apud Dowbor). Nas comunidades do rio Tapajós, poucos foram os momentos que observamos esse conceito presente no cotidiano dos gerentes das políticas e ações públicas locais, que não tenha sido o PSA.

Segundo o ex-Coordenador da área de saúde do PSA, o fator agravante na região amazônica são as distâncias que implicam no meio de transporte e nos custos incorridos com isso. Esses altos custos com tratamento fora de domicílio constituem juntamente com outras variáveis o “fator amazônico”, ou seja, o que diferencia a atenção básica na Amazônia do que preconiza a portaria da atenção básica. Atualmente, para casos de emergência o PSA dispõe de uma ambulância, lancha que cumpre a função de ambulância, e a prefeitura de Santarém, duas. Essas ambulâncias são acionadas via rádio-amador providenciado na Flona pelo IBAMA e na Resex pelo PSA e encaminham os pacientes para atendimento médico. De acordo com Emanuel, secretário municipal de saúde de Santarém, são feitas de 60 a 80 chamadas mensais numa média de 2 a 3 chamadas diárias. Entretanto, nem todas as comunidades ribeirinhas visitadas possuíam rádio-amador e, em algumas, a manutenção do aparelho não era feita corretamente. Nesses casos, o paciente é auxiliado pelo ACS e fica na incerteza de conseguir ou não transporte a tempo até a cidade.

Ainda segundo ele, um dos gargalos identificados é o encaminhamento dos casos mais complexos para unidades de maior complexidade como hospitais municipais e regionais, seja pelo número de leitos é bastante reduzido, pela burocracia de entrada ou, como foi dito pelo secretário municipal de saúde Santarém, pela escassez de profissionais da área médica para preencher até mesmo a demanda da zona urbana. Ademais, são raros os postos de saúde presentes nas comunidades ribeirinhas e quando existem não há enfermeiro presente e/ou medicamentos disponíveis, o que dificulta o trabalho dos ACSs.

Os ACS entrevistados relataram que as condições de trabalho são muito precárias e em muitos casos isso gera um sentimento de incapacidade diante dos problemas que encontram. Por exemplo, quando um ACS é responsável por duas comunidades ou uma comunidade com muitas famílias, para realizar todas as visitas de rotina necessárias, eles têm de percorrer longas distâncias a pé, pois existem famílias que vivem nas colônias que ficam mais afastadas do rio adentrando-se na floresta. Em certas épocas do ano para cumprir seu trabalho o ACS tem de percorrer trechos alagadiços com perigo de serem picados por cobras. A importância do ACS ficou evidente durante a sua ausência na comunidade de Escrivão por problemas de formalização contratual e na comunidade de Samaúma por problemas de saúde, pois pacientes hipertensos, diabéticos e gestantes não estavam tendo o acompanhamento necessário.

Além das prefeituras, uma entidade que trabalha bem próxima do ACS e das comunidades é o PSA. Em julho de 2007 acompanhamos o trabalho de atendimento médico e odontológico e com a organização comunitária da ONG junto às comunidades ribeirinhas ao longo do rio Tapajós, nesse período o que se observou foi a valorização do trabalho do PSA pelos ribeirinhos e um grande esforço na construção de um consórcio entre as prefeituras de Aveiro, Belterra e Santarém e o PSA para promover a saúde nessas comunidades.

Diante de declarações por parte dos comunitários sobre o significado da ONG tais como “esperança de vida”, “uma benção de Deus”, “um sonho realizado”, “um parceiro que gente pode contar” e “os únicos que voltam” se torna necessário o levantamento de questões como: o que esse projeto faz no meio da Amazônia? Até que ponto a presença do PSA de dá pela ausência do Estado ou pelo seu funcionamento irregular?

ONGs na Amazônia: o PSA como projeto em estudo

De acordo com Arellano-López et al (1994), a origem das ONGs na América Latina remontam a de instituições filiadas à Igreja Católica ou “institutos ou grupos de pesquisa, alguns independentes, e outros que se criaram expressamente para apoiar as operações de algum partido político”. No caso do PSA na Amazônia, entre 1984 e 1985, sua idéia inicial nasceu do trabalho que o médico Eugênio Scannavino Netto e a arte-educadora Márcia Gama desenvolveram fruto de uma parceria entre a faculdade de Eugênio e a prefeitura de Santarém.

Pouco tempo de trabalho e o casal ficou bastante conhecido entre a população local despertando interesse político principalmente durante a época eleitoral. Entretanto, a recusa de Eugênio e Márcia em apoiar o candidato do governo acabou por demiti-los. Dessa forma, resolveram fundar uma ONG para dar continuidade ao trabalho e, para isso, procurar financiamento.

O Projeto Saúde e Alegria (PSA) surgiu em 1987, durante o período de explosão das ONGs na América Latina, com financiamento inicial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA). Apesar dos esforços, com o corte de gastos na área social e as políticas neoliberais do governo Collor o PSA enfrentou sérias dificuldades.

Todavia, de acordo com Barroso (2003), os preparatórios para a Eco-92 deram grande visibilidade para a Amazônia:

“Nesta época, o PSA se inseriu no movimento ambientalista, participando da fundação e coordenação do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA14). Este contexto aproximou o PSA de uma grande diversidade de organizações nacionais e internacionais. Foi aí que a Fundação Konrad Adenauer, em conjunto com a União Européia, assinou um contrato de risco com o Projeto. A partir desta parceria, que dura até hoje, organizações como o Unicef, a OPAS (Organização Panamericana de Saúde), a OMS (Organização Mundial da Saúde), a Embaixada do Reino Unido entre outras começaram a apoiar o PSA, o que possibilitou a reestruturação do Projeto.”

Por já conhecerem o trabalho de seus fundadores, a maioria das comunidades ribeirinhas permitiu a atuação de ambos por meio do PSA. Se antes da formalização da ONGs o trabalho era desenvolvido “por amigos e simpatizantes que de alguma forma se afinavam com a idéia e tinham sede de aventuras e criação. A interdisciplinaridade ia sendo construída a partir de planejamentos prévios da equipe, ajustados em campo, avaliados posteriormente e novamente realinhados, de forma bem construtivista.” (Márcia Gama, nov/2002 apud Barroso, 2003); agora, educadores, comunicadores, agrônomos, médicos, enfermeiros, palhaços, ex-líderes sindicais e sociólogos compõem a nova equipe do PSA, confirmando uma tendência das ONGs nos anos 90 a dar ênfase para classes profissionais urbanas, através de equipes multidisciplinares provenientes dos mais variados campos técnicos (Arellano-López et al, 1994).

Atualmente o PSA atua diretamente na área de saúde comunitária, educomunicação e economia da floresta (geração de renda) e todas essas três áreas estão interligadas com a organização e gestão comunitária. Atendo-se à área de saúde, o Núcleo de Saúde Comunitária do PSA mantém 5 sub-programas:

1. Organização e Gestão Comunitária:

- Capacitação em Políticas de Saúde
- Formação de Comissões Locais Integradas de Saúde (CLIS)
- Apoio à Associação de Parteiros do Oeste do Pará
- Participação nos Conselhos e Comitês de Saúde
- Parcerias com o Sistema Público e Privado

2. Saúde Ambiental, Higiene e Saneamento:

- Capacitação de Multiplicadores
- Campanhas Educativas e Visitas domiciliares
- Combate às Endemias e Zoonoses
- Monitoração Epidemiológica Participativa
- Implantação de Pedras Sanitárias
- Sistemas de Abastecimento e Tratamento da Água

3. Saúde Reprodutiva:

- Capacitação de Agentes e Parteiros Tradicionais
- Campanhas Educativas e Preventivas
- Atenção às Doenças da Infância e da Mulher
- Pré-natal, Assistência à Gestante e Planejamento Familiar
- Campanhas de Multivacinação
- Crescimento e Desenvolvimento da Criança (0-5 anos)
- Alimentação Regional e Combate à Desnutrição

4. Saúde Oral:

- Capacitação de Agentes e Professores
- Assistência Odontológica
- Higiene bucal e Fluoretação (Escola)
- Monitoração do CPOD

5. Assistência Simplificada:

- Capacitação da Rede de Agentes e Auxiliares de Saúde
- Desenvolvimento de Condutas Adaptadas
- Sistema de Referência e Contra-referência
- Implantação de Postos Rurais e Centros de Saúde
- Manutenção de Unidades Móveis de Atendimento
- Manutenção de Rede de Radiocomunicadores

Fonte: site PSA

Desde 1987, o PSA trabalha junto às comunidades ribeirinhas da Amazônia dos rios Amazonas, Tapajós e Arapiuns localizadas nos municípios de Santarém, Aveiro e Belterra no Estado do Pará. Segundo informações do site do PSA, em 2003 o raio de atuação da ONG foi redefinido de acordo com o sistema de gestão pública passando a organizá-lo por unidades de conservação abrangendo toda a população da Floresta Nacional do Tapajós, da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e de suas microrregiões circundantes, totalizando aproximadamente 143 comunidades (29 mil pessoas). Analisando-se mais especificamente a área de saúde compreendida pela atuação do PSA, durante dez dias do mês de julho de 2007, a dupla observou a interação entre PSA, comunidades do Tapajós e prefeituras. Para isso, embarcou no Abaré, barco-hospital do PSA construído em Manaus-AM com financiamento de R\$ 2,6 milhões doados pela ONG holandesa Terre des Hommes, onde se pôde ver de perto como se dá essa relação.

A princípio, a atuação do PSA se deu como uma das muitas tentativas não-governamentais de reverter a situação social por qual passava o Brasil durante os anos 80 e 90. Havia ali uma grande oportunidade, uma vez que todo o sistema social ficou abandonado, criando espaços para a atuação de ONGs como o PSA de atuarem na agricultura de pequena escala, atenção sanitária, entre outros. Nas palavras de Marlene Santos Silva, ACS de Capixauã e Vista Alegre do Capixauã, “O PSA tem uma preocupação adequada com o povo ribeirinho”. Essa adequação é um dos diferenciais que garantem a eficiência no alcance dos objetivos do PSA, pois permite não só o acesso dos ribeirinhos aos serviços que deveriam vir da esfera pública, como também um melhor aproveitamento do capital investido.

Ciente da falta de adequação das políticas prescritas com relação à realidade local, uma das formas de possibilitar o acesso às políticas públicas de saúde ocorreu de fato com o Abaré. Especialmente na região amazônica de difícil acesso, a proposta do barco Abaré, que em tupi-guarani significa “amigo cuidador”, é de servir como uma unidade móvel de atenção básica que se adapte às condições peculiares da região amazônica. Inicialmente, o PSA desenvolvia suas atividades ligadas à área de saúde com um barco de menor porte, todavia com a entrada do financiamento da ONG holandesa Terre des Hommes tornou-se possível a expansão do acesso dessas atividades para um maior número de ribeirinhos. Levando a bordo médicos, enfermeiros, dentistas, arte-educadores, pesquisadores e mais a equipe de apoio do barco, a cada 45 dias, o Abaré realiza atendimentos médico e odontológico e desenvolve trabalhos nas áreas de controle social e organização comunitária nas comunidades ribeirinhas do Tapajós. Segundo Rui Anastácio, ex-coordenador de saúde do PSA, o núcleo de saúde vem tentando especificar novos limites de atuação adequados à realidade da comunidade compilando informações quantitativas para investimentos com foco estratégico, por exemplo, ao se traçar um perfil epidemiológico regional algo que não é considerado básico pela lei (Portaria de Atenção Básica) pode ser estabelecido como sendo básico na área de atuação do Abaré. Essa informação pode ser útil tanto para otimizar o espaço no Abaré com relação aos estoques de medicamentos, quanto ao número de pessoas a bordo e suas especialidades. Outro exemplo ilustrativo está no próprio barco, no período da estadia da dupla em Santarém, o PSA recebeu a visita de um enviado pela Terre des Hommes para, além de fazer o planejamento e controle dos processos existentes, adequar as funcionalidades do barco a coisas simples e específicas da Amazônia. Isso garante que o investimento holandês está sendo bem administrado pelo PSA.

Outro ponto relevante do PSA mencionado por Rui é que o raio de atuação do Abaré é dimensionado e com isso a ONG utiliza o compromisso de ajudar tais comunidades como vínculo e, diferente de outras instituições, “não anda por aí”. Ao passo que as ações do Estado na região são caracterizadas pela descontinuidade em virtude da mudança das gestões municipais, pelas limitações orçamentárias ou mesmo pelo descaso, essa regularidade na atuação do PSA é bem reconhecida e valorizada pelos ribeirinhos estabelecendo uma relação de confiança baseada em reciprocidade e no diálogo. Esse vínculo firmado entre PSA e comunidades foi essencial num primeiro momento para que houvesse abertura e liberdade no desenvolver de suas atividades e continua sendo essencial para garantir a eficiência dos serviços oferecidos e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados.

Através do estabelecimento de uma relação de relativa confiança entre as partes, a proximidade do PSA com as comunidades do Tapajós permitiu a existência um canal aberto para o diálogo com os ribeirinhos, especialmente ACSs e lideranças da comunidade, assegurando a eficácia de suas ações no que tange às necessidades dos mesmos. Desse modo, à medida que o PSA atinge seus objetivos quanto à resolutibilidade de suas ações, prevê melhorias na qualidade de vida e, pelo diálogo, ainda que timidamente, permite a participação local no processo de desenvolvimento.

Segundo relatos dos ribeirinhos, um dos grandes empecilhos alegados para a ausência da atuação estatal na região é a falta de recursos. Neste quesito o PSA possui a vantagem de possuir a apoio financeiro de grandes instituições internacionais como a Terre des Hommes, Fundação Konrad Adenauer, Fundação Ford, entre outras. Tais instituições foram responsáveis por viabilizar diversos projetos nas comunidades ribeirinhas, como por exemplo, os sistemas de água em Pinhel e Suruacá e, da mesma maneira que o PSA se adequou às condições da região amazônica, o PSA também teve de se adequar às requisições de seus financiadores. Sua estrutura organizacional mais enxuta, flexível e dinâmica, quando se comparada a do Estado, implica numa maior agilidade para a tomada de decisão e maior abertura para projetos experimentais, o que ajuda em grande parte na eficiência de suas ações para a execução de projetos. Esse é um dos motivos que levam as agências doadoras internacionais a preferir entregar seu dinheiro para intermediários do que diretamente para o governo.

Nossas conclusões dos encontros na terra e no rio.

Antes da viagem, o conhecimento adquirido a respeito de um lugar longínquo no norte do país era muito limitado. O que se sabia era principalmente sobre os aspectos negativos, sobre o que chegava pelos noticiários a respeito da contínua devastação da Amazônia em função da expansão da fronteira agrícola do país com o cultivo da soja, dos grupos indígenas que se supunha estarem entrincheirados na floresta e avessos ao contato com o homem branco ou sobre quando, ocasionalmente, um barco naufragava causando a morte de seus ocupantes. Porém, as belezas naturais da imensidão verde da floresta, dos rios e da fauna e flora que via através de fotos, assim como o jeito simples e despreocupado de viver das pessoas despertavam a curiosidade e a vontade de conhecer.

Chegando a Santarém, encontramos então uma aglomeração urbana semelhante às regiões de comércio popular do centro de São Paulo, limitada por um calçadão na orla com vista para a convergência do rio Tapajós com o rio Amazonas, em torno do qual parecia que a cidade se movimentava. Na cidade, estudando o planejamento do que observar nas comunidades e acertando os detalhes de nossa estadia no Abaré, bem como entrevistando alguns atores iniciais, como Fábio Tozzi e Rui Anastácio, ambos do PSA, Djalma e Marlene, ACSs de comunidades da Resex, a sensação do envolvimento daquelas pessoas com o propósito de tornar a vida dos ribeirinhos menos pesada começava a desfazer a idéia inicial de que eles estariam em situação de abandono completo.

Partimos então rumo a Suruacá, uma das comunidades da Resex, num barco de linha que passaria por várias comunidades antes de encontrar nosso destino final. Era o tempo necessário para que pudéssemos começar a sentir um pouco do

que era ser um ribeirão, o rio que separa uma margem da outra, ali servia como ponto de encontro, via, fluxo, meio, sustento, alimentação, lazer, uma via pública, uma avenida movimentada envolta em numa paisagem deslumbrante. Não há trânsito e mesmo que houvesse, seria agradável. Sobretudo, o rio dá acesso, traz novidades, possibilidades, oportunidades. A partir da observação do semblante e do modo de agir das pessoas, da espera e da paciência somada à simplicidade e praticidade das redes que decoravam os barcos ilustravam como o que antes poderia ser entendido como preguiça, agora poderia ser visto como a sabedoria dos que sabem esperar, talvez a classificação dicotômica não seja adequada, era só um modo de vida particular, com seus defeitos e suas virtudes.

Em Suruaçá, a receptividade das pessoas a partir da nossa chegada, o convite para participar do tradicional jogo de futebol antes do pôr-do-sol e a prontidão em nos ajudar com o trabalho e o senso de coletividade que podia ser sentido dentro daquela atmosfera deixaram a sensação de que algo a mais existia naquele lugar, além dos paradigmas de pobreza que se costuma ouvir em São Paulo.

Voltando a Santarém, esperamos mais algum tempo pela desocupação do Abaré que nos possibilitaria embarcar e onde estaríamos de fato acompanhando o trabalho realizado nas comunidades pelo Programa Saúde e Alegria (PSA). Como o barco já havia partido de Santarém e já se encontrava na Flona em Belterra, fomos por terra até uma região próxima de onde estava o barco e prosseguimos rio acima numa voadeira – tipo de embarcação bem mais rápida que a rabeta - até o ponto exato onde o barco se encontrava.

A bordo, o Abaré era um contraste com o lugar: uma infra-estrutura médico-hospitalar comparável a de um Pronto-Socorro de um bairro de classe média em São Paulo no meio da Amazônia. Havia algo estranho: uma estrutura gigantesca percorrendo lentamente comunidade por comunidade, fazendo o papel do governo; mas é claro que para os ribeirinhos aquilo tudo era “uma bênção”... A intenção da viagem às comunidades ribeirinhas foi estudar como as políticas públicas chegam a esses núcleos e durante a estadia de 11/07 a 19/07, acompanhamos desde a rotina dos médicos, enfermeiros e dentistas no atendimento básico às comunidades, a participação ainda modesta de funcionários das prefeituras a bordo até o serviço exaustivo da tripulação e das cozinheiras na manutenção da rotina do barco e, principalmente, mais de perto, o trabalho desenvolvido pelo seu Carlos Dombroski e seu Natanael Alves de Souza, inicialmente como espectadores e posteriormente de forma mais ativa, com a Organização Comunitária e acreditamos que esse seja um dos trabalhos mais desafiantes e, talvez por isso, mais importantes do PSA. Há de se destacar, além disso, a importância do Circo Mocarongo para as comunidades: uma estrutura simples, cujos personagens são os próprios tripulantes do Abaré, e que de maneira lúdica trazem educação em questões relativas à saúde.

Enquanto uma continuava com o trabalho junto aos ribeirinhos, o outro partiu para Santarém acompanhar a reunião do Conselho Municipal de Saúde de Santarém na companhia de dois integrantes do PSA. Alegando requisição fora de prazo de inclusão na pauta, eles se viram então impedidos de falar e expor o trabalho que vinha sendo realizado nas comunidades e se retiraram. Estando também o Secretário Municipal de Saúde ausente, a reunião prosseguiu e o tema que mais se aproximou da questão dos ribeirinhos foi a discussão em torno do alto valor do veículo com tração nas quatro rodas que seria comprado para atender as comunidades da zona rural... Ou seja, a reunião só confirmou a percepção inicial que havia sido levantada após entrevista com o Secretário Municipal de Saúde de Santarém: o desconhecimento da região e o descaso do poder público para com os ribeirinhos. Deixamos o Abaré com uma visão bastante crítica e, definitivamente, menos simplista acerca das relações entre os atores e suas implicações.

Por fim...

Intuitivamente, poderia se pensar nas comunidades ribeirinhas do Tapajós como comunidades completamente relegadas ao completo descaso, no entanto, algumas coisas nos surpreenderam. Um desses paradigmas residia em questões relativas à violência e segurança pública. Afinal, como seria possível pernoitar por cinco noites em redes de dormir atadas nas árvores numa rua da comunidade de Suruacá? Friedmann (1992) explica que o esforço de cada família para obter maior acesso às bases do poder social, quais sejam recursos financeiros, informação apropriada, ferramentas de trabalho, lar e vizinhança seguras, entre outras, depende do senso de coletividade traduzido em ações cooperativas que ultrapassem o alcance do Estado e esse fato aumenta as chances de se conseguir acesso a outras bases do poder social. Ou seja, trata-se da idéia de um modelo de auto-empoderamento coletivo que pode transpassar a pobreza e promover um desenvolvimento genuíno sendo um dos seus desencadeadores a articulação de redes sociais.

Ao analisarmos a presença do governo no cotidiano das comunidades ribeirinhas do Tapajós, percebemos que ela se restringe a momentos pontuais pelos postos de saúde espalhados por algumas raras comunidades, pelas limitações do IBAMA no uso da terra, pela construção de casas do projeto do INCRA e quando se aproximam as eleições. Ficou bastante claro para nós que, apesar da presença pouco significativa do Estado, uma vez que a maioria desses momentos em que está presente não permite que a parcela da população que ali vive participe de tal processo colabora para a exclusão dos ribeirinhos das políticas públicas. Mesmo assim, conseguem se organizar de maneira alternativa ao governo numa forma de cooperativismo e respeito mútuo entre as famílias formando uma rede social razoavelmente articulada que lhes permite o poder social denominado por Friedmann (1992).

É necessário ressaltarmos, a importância que o Programa Bolsa-Família possui nas comunidades agindo como forma complementar de renda. Por outro lado, conforme o mesmo autor, o incentivo ao consumo desacompanhado de um incentivo à produção faz com que beneficiados por programas de transferência de renda continuem dependentes dessa renda; contudo, a partir do momento em que se ensina o indivíduo a produzir e fomentam-se iniciativas oferecendo cursos de capacitação e tecnologia de produção adequada, ele passa a ganhar autonomia e mais incentivo para desenvolver ações desse cunho. Não bastando isso, a competitividade no mercado e os atravessadores ao longo da cadeia fazem com que a pequena produção dos ribeirinhos além de serem de baixa qualidade, não possuam preço competitivo, o que deprecia, ou mesmo inviabiliza sua comercialização.

Além do Bolsa-Família, o PACS pode ser considerado como uma política que realmente atinge e permite a inclusão de seus beneficiários, pois se realiza a partir das vozes dos ribeirinhos e suas necessidades. Todavia, o trabalho dos ACSs sofre por conta de problemas como falta de medicamentos e, mais gravemente, problemas estruturais como falta de leitos para atendimento dos pacientes nos hospitais municipais, burocratização e lentidão ou, simplesmente, falta de meio de transporte adequado para que realizar visitas de rotina dos ACSs e encaminhamento de pacientes para o hospital mais próximo. Nesse ponto, fica uma lacuna que passou a ser preenchida pelo PSA.

A proximidade com que trabalham com os ribeirinhos e os ACSs, a compreensão das necessidades da população local alinhado às necessidades de adequação de sua atuação, mais sua estrutura organizacional que favorece o dinamismo e a eficácia da gestão interna levam ao fortalecimento do PSA ante aos órgãos regionais do governo. Esse poder de influência que adquire, por outro lado, acaba por provocar o isolamento político e econômico das comunidades. Político, pois a participação política e o diálogo vão se deteriorando à medida que a estrutura da ONG aumenta e os processos se tornam mais burocráticos; e econômico, uma vez que passam a depender dos recursos das ONGs para caminhar minando a criação de autonomia de seus beneficiários. Conforme moradora de uma das comunidades visitadas, “o PSA trouxe técnicos de fora sem conhecimento da Amazônia, achando que a comunidade era “burra”. A comunidade tem condições de administrar projetos, prefere poupar recursos com técnicos e barco e fazer eles mesmos”. Ademais, alguns

tipos de ONGs são dependentes de financiamento e, tomando o PSA como exemplo, dependem de ONGs financiadoras para a realização de seus projetos. Dessa forma, não só as comunidades ribeirinhas reorganizam as atividades do PSA como também são reordenadas por ele que, por sua vez, é reestruturado e deve se reportar para seus financiadores. Logo, a autonomia ilusória que podíamos ter no que tange ao funcionamento do PSA diz respeito muito mais aos níveis locais do que às diretrizes principais de atuação.

Pode-se notar que, embora as instituições internacionais não sejam reconhecidas pelos ribeirinhos, conforme um levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, “Alemanha, Estados Unidos, Japão e Holanda investem juntos por ano, R\$ 108,9 milhões na preservação da floresta brasileira” – OESP (18/03/07). Por intermédio do governo ou de ONGs, o capital estrangeiro se faz presente maciçamente, prova disso é o próprio Abaré e alguns dos projetos de sistema de água colocados em prática pelo PSA. Parece haver uma grande tendência em zelar pelo cuidado com o meio ambiente a partir do momento em que se tomou consciência de sua importância para o mundo, por outro lado, o crescimento de mercados como o de crédito de carbono, escassez de matérias-primas e necessidade de inovação nos recursos também incentivam essas ações. Nessa conjuntura a Amazônia adquiriu atenção especial e ganhou força política capaz de aproximar aliados para manobras de poder e influência, como o que acontece quando se aproximam as épocas de eleição.

Nas palavras de Maura Bentes Carmo “o PSA é a ponte pra gente”. Pensando nessa relação de significado, Arellano-López et al. (1994) explica que ONGs como o PSA funcionam como intermediários do desenvolvimento. Contudo, sua dependência do financiamento externo e sua vulnerabilidade com relação às políticas públicas definidas podem ser consideradas suas fraquezas. Por tais motivos, o PSA vem tentando formalizar um consórcio entre as prefeituras dos municípios beneficiados por seus serviços: Santarém, Belterra e Aveiro mediante a cooperação com envio de equipe técnica, combustível e remédios inicialmente. Tanto PSA quanto prefeituras estão cientes de que “não adianta o PSA ser um projeto paralelo à prefeitura”, nas palavras de Emmanuel Silva, secretário de saúde de Santarém, ele deve estar integrado ao programa público para que suas necessidades sejam compreendidas e, assim, reduzir a vulnerabilidade e dar continuidade aos seus projetos. Para o Dr. Fábio Tozzi, a idéia é que o Abaré seja integrado ao SUS (Sistema Único de Saúde) e seja administrado pelo PSA.

Quando se fala em políticas públicas de saúde nas comunidades ribeirinhas da Amazônia, num primeiro momento, a imagem que nos vem à cabeça é de precariedade e degradação humana. Primeiro pela dissonância entre tais políticas e as particularidades locais pela sua ação descendente (de cima para baixo), o que faz com que a operacionalização da política não se molde à realidade e reais necessidades da população local. Segundo, por razão da própria estrutura política do país que inevitavelmente prevê rupturas e rearranjos administrativos de 4 em 4 anos e deixa a população à mercê da incoerência, da intermitência e das vicissitudes do “bom humor partidário”. Nesses meandros do sistema público, também se inclui os diferentes enfoques dos governos dando margem à insuficiência de recursos para a área de saúde de tempos em tempos. Ademais, pelo que foi observado em campo, de acordo com Rui Anastácio do PSA, há o desconhecimento a respeito da organização dos processos burocráticos governamentais por parte dos ribeirinhos e isso funciona como uma barreira para que a comunidade compreenda como efetivar suas queixas no que tange às políticas na área de saúde.

Ouvidos atentos às vozes do campo, olhos a postos e caneta na mão. Ao final de nossa viagem, com tudo o que vimos, refletimos e o sentimento de incapacidade diante de certos momentos nos fez incutir neste presente trabalho a missão de relatar de forma fidedigna e crítica o que se passou no rio e na terra. Percebemos que o distanciamento entre as duas pontas: o governo e seus cidadãos, transparece a complexidade da relação entre os atores e muitas de suas implicações, as quais não permitem que as ações sejam tomadas sob um viés tecnicista de quem está de fora, porque, acima de tudo, o conhecimento de vida e os valores incorporados na cultura dos ribeirinhos do Tapajós construídos pela base familiar e pela simplicidade de seu modo de vida são partes de um emaranhado de fatores igualmente complexos e indispensáveis para sua formação e, dessa forma, não podem ser ignorados.

Referência Bibliográfica

ARAÚJO, Lucineide Martins de. Piauí dá exemplo de educação contextualizada. Governo do Estado do Piauí. Entrevista disponível em <<http://www.pi.gov.br/entrevista.php?id=18183>>. Acesso em agosto de 2007.

AZEREDO, Catarina Machado, COTTA, Rosângela Minardi Mitre, SCHOTT, Márcia et al. Avaliação das condições de habitação e saneamento: a importância da visita domiciliar no contexto do Programa de Saúde da Família. *Ciênc. saúde coletiva*, May/June 2007, vol.12, no.3, p.743-753.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Cortez, 1996

FRIEDMANN, Jonh. *Empowerment: the politics of alternative development*. Oxford: Blackwell, 1992.

HEIDTMANN NETO, Henrique. O local do desenvolvimento local: a Amazônia Legal no banco de dados do Programa Gestão Pública e Cidadania.. In: X Colóquio Internacional sobre o Poder Local, 2006, Salvador. X Colóquio Internacional sobre o Poder Local: desenvolvimento e gestão social dos territórios, 2006.

IPEA. *Atlas de desenvolvimento humano 2000*. Rio de Janeiro: ADHB; 2000.

SCHERER, Elenise. Mosaico terra-água: a vulnerabilidade social ribeirinha na Amazônia – Brasil. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2004. Coimbra. Anais eletrônicos...Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em <www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/EliseScherer.pdf> Acesso em 10 de jun. 2006.

VERGARA, S. C. *Métodos de pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas, 2005.